

## A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS POSSIBILIDADES PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

*Yaciara Mendes Duarte<sup>1</sup>*

**Palavras-Chaves:** Biblioteca escolar. Base Nacional Comum Curricular. Cultura digital. Leitura.

### INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto atual da educação brasileira, há muitas iniciativas que estão sendo tomadas e que buscam caminhos para que seja oferecida qualidade e excelência para o maior número de estudantes no país, uma delas se dá em legislações educacionais de alcance nacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentada em 2017, pelo Ministério da Educação (MEC) e idealizada no Plano Nacional de Educação em 2014 (PNE), após muitas discussões, participações e críticas da sociedade e da comunidade educacional, se torna um documento norteador das práticas pedagógicas das escolas; e, desse modo, possibilitando caminhos e reflexões, faz-se uma realidade para professores e bibliotecários, impactando na vida escolar dos estudantes brasileiros.

A Biblioteca Escolar (BE) também vivencia, de forma letárgica, a busca de legitimação e destaque nas unidades escolares e nas políticas públicas brasileiras.

---

<sup>1</sup> Bibliotecária, Pedagoga, Mestra em Ciência da Informação, Professora de Educação básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Apesar de a BNCC não apresentar a devida importância à biblioteca escolar (BE), novas possibilidades de produtos e serviços podem ser atreladas tanto à BNCC, quanto ao currículo das unidades escolares. Afinal, no próprio PNE consta como estratégia a implementação de recursos pedagógicos para o desenvolvimento das BE:

utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet (BRASIL, 2014).

A BE, no entanto, também vivencia de forma letárgica a busca de legitimação e destaque nas unidades escolares e nas políticas públicas brasileiras. Com os dados do Instituto Pró Livro, por exemplo, é possível notar que 47% dos estudantes brasileiros não a utilizam como recurso pedagógico. Há vários fatores envolvidos neste caso, principalmente as condições individuais para leitura e pesquisa. Há também a realidade de que 61% das escolas públicas do país não têm biblioteca (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020).

Diante dessa complexidade e a partir dos dados supracitados, é necessário entender o contexto pedagógico que antecede o surgimento da BNCC para que assim, seja possível entender a invisibilidade histórica que as bibliotecas escolares sofrem dentro das diretrizes pedagógicas, além disso, é essencial perceber como a BNCC pode ser o alicerce de práticas pedagógicas no espaço da biblioteca escolar, proporcionando aos produtos e serviços disponibilizados pelas BE uma maior e indispensável intencionalidade educativa, trazendo mais assertividade às propostas apresentadas pelo espaço informacional.

O objetivo deste artigo é articular a importância dos documentos educacionais, tanto em esfera macro, com a Base Nacional Comum Curricular e a micro, que são os currículos escolares e as propostas pedagógicas, que podem possibilitar o bibliotecário, a execução de projetos, produtos e serviços conectados às diretrizes

educacionais, buscando uma maior intencionalidade pedagógica neste espaço de informação.

## OS CURRÍCULOS ESCOLARES E A BNCC

A BNCC é idealizada na Lei de Diretrizes e Bases (1996) buscando que cada etapa da educação básica seja fundamentada em uma base comum, tendo seus currículos formados a partir deste documento, de maneira que sejam respeitadas as peculiaridades regionais e sociais dos estudantes brasileiros, no intuito que, os discentes em qualquer lugar do país possam ter suas aprendizagens essenciais desenvolvidas de forma alinhada com as políticas públicas de educação.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Antes de se entrar de fato na proposta da BNCC, contudo, é importante entender o papel do currículo, que permeia a *práxis* pedagógica, e que pode nortear a biblioteca escolar nos seus projetos.

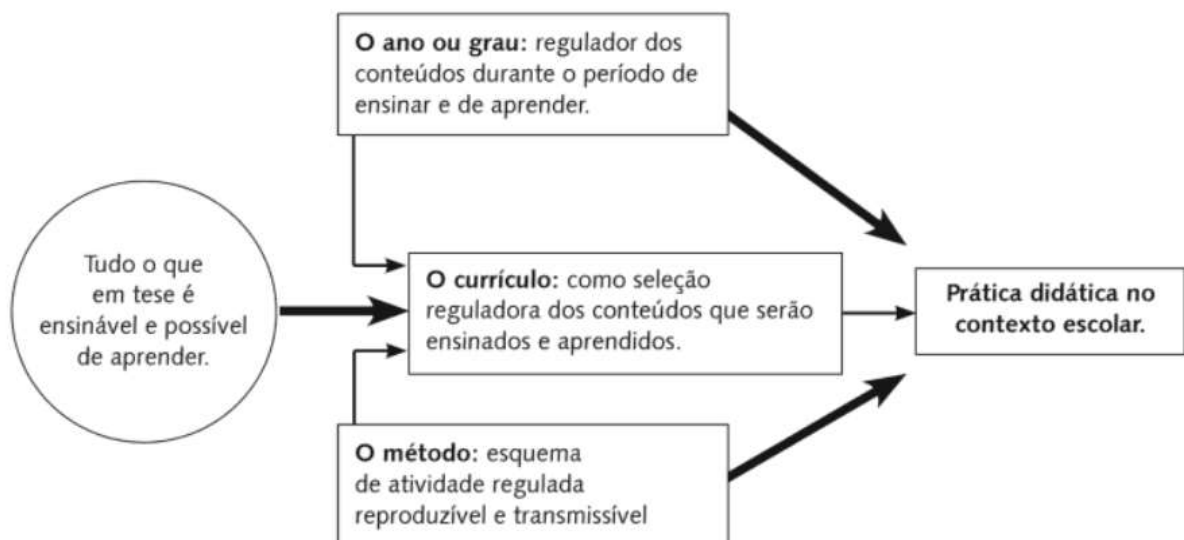
Currículo vem da palavra latina *scurrere* que significa o percurso a ser percorrido. Pode-se compreender que o currículo escolar direciona a prática pedagógica nas unidades escolares, encaminhando a equipe pedagógica a um caminho concatenado.

Lopes (2014), afirma que a primeira menção à ideia de currículo foi em 1613, na Universidade de Glasgow, referindo-se ao curso seguido pelos estudantes. Pode-se inferir que a necessidade de sequenciar o conteúdo não é recente e nem desproposita.

Sacristán (2013) corrobora com a ideia a partir da seguinte afirmação: “O currículo também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo”.

A figura 1 apresenta o esquema curricular para refinar, diante das diferentes possibilidades de conhecimento, aquilo que pode formalmente ser ensinado e compartilhado com os estudantes:

**Figura 1 – O poder regulador do currículo segundo Sacristán**



**Fonte: (SACRISTÁN, 2013).**

Ao se refletir sobre a prática didática a partir do currículo no contexto escolar, indicada na figura 1 pode-se afirmar que esta se dá em diferentes espaços e momentos, sendo a biblioteca um desses espaços para que o currículo possa ser explorado em consonância com a literatura e a informação e, ainda, enriquecido com as abordagens lúdicas e interativas.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2017), o currículo é uma seleção do que a sociedade produz como conhecimento e deve ser ensinado na escola:

Há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagens pretendidas, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura. No geral, compreende-se currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos; é tudo que se espera seja aprendido e ensinado na escola (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2017, p. 362).

Aquilo que pode ser aprendido ou não na escola se dá por diferentes necessidades e intencionalidades sociais e educacionais. Assim sendo, é importante a seleção do conteúdo para os estudantes, de forma que se busque a emancipação pessoal, profissional e acadêmica, e se possibilitem oportunidades de escolha para o futuro. A biblioteca escolar, que já faz um processo de seleção para obras no acervo, pode se conectar a temáticas que possam ser do interesse do corpo docente e discente, mas que muitas vezes não estão registradas em currículos formais.

Para Lopes e Macedo (2002), o currículo é uma prática de poder que constrói significados a partir da recriação de diferentes discursos sociais e culturais; ou seja, a seleção de conteúdos a serem desenvolvidos, nas unidades escolares, direciona o caminho e o futuro dos estudantes de modo que eles obtenham o conhecimento do que intencionavam (ou não) alcançar.

Reis e Oliveira (2018) entendem o currículo como um projeto de nação, formação humana, social e de preparação para o mundo do trabalho. Estes projetos são apresentados em forma de conteúdo, conhecimentos e habilidades desenvolvidas nos espaços escolares decorrentes das ações teórico-práticas e pedagógicas dos professores e de outros profissionais envolvidos, incluindo o bibliotecário.

Apesar das definições apresentadas, a apresenta que a ideia de organização de conteúdos pedagógicos, por mais que atualmente pareça óbvia, não era executada até a metade do século XX. Muitas vezes o argumento de que uma disciplina ou curso era válido ou não, se dava por questões puramente pessoais ou ideológicas. Com a

industrialização americana, nos anos 1900, e o movimento escolanovista no Brasil na década de 1920, iniciam-se os estudos de organização curricular (LOPES, 2014).

Isso posto, na Lei de Diretrizes e Bases (1996) garante-se que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (BRASIL, 1996). A partir disso, percebe-se a necessidade da contextualização com as diferentes realidades para a construção de um currículo integrado com as necessidades regionais e sociais. É fundamental que a biblioteca escolar possa se organizar de acordo com as diretrizes educacionais para fazer parte da construção das habilidades desenvolvidas durante a vida escolar.

Em 1997, o Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para atender os anos iniciais do Ensino Fundamental. São dez volumes divididos nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Artes, Educação Física, Apresentação dos temas transversais e ética, Meio ambiente e saúde, Pluralidade cultural e orientação sexual. Em 1998, foi a vez do PCN para o ensino fundamental – anos finais – e, no ano 2000, o lançamento do Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) abarcando a última etapa da educação básica. (BRASIL, 2017).

Em 2010, são apresentadas as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCN) com o objetivo de “orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras”, abarcando também o Ensino Profissional, a Educação no Campo, o Ensino Especial, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Indígena, a Educação Quilombola, entre outros. Esses documentos foram norteadores da educação brasileira até o lançamento da BNCC (BRASIL, 2017).

Com esse breve histórico, pode-se perceber a articulação pedagógica e política na busca de uma organização da educação brasileira.

O currículo, apesar de colaborar na sequência didática dos conteúdos a serem trabalhados, pode excluir uma infinidade de possibilidades e pode direcionar os educandos a um caminho reduzido de escolhas, a partir daquilo que a escola e seus espaços oferecem.

A biblioteca pode e deve trazer conteúdos relevantes a serem apresentados aos estudantes, mas que, por questões maiores, foram diminuídos no currículo, possibilitando diversidade e reflexões sobre o que é ensinado e oferecido na escola e se colocar como integrante do espaço de reflexão escolar em documentos formais como o Projeto Pedagógico.

## A BIBLIOTECA ESCOLAR E A INTEGRAÇÃO COM O CURRÍCULO

Para que seja viável um maior reconhecimento das bibliotecas escolares, é importante que suas atividades, seus produtos e serviços sejam consolidados numa coesão pedagógica com o que é vivenciado na escola, desenvolvendo nos estudantes, as habilidades e competências que são asseguradas pelos documentos norteadores.

As recomendações enfatizam de todos os modos a adequação da biblioteca escolar à macro política educacional, assim como as necessidades do currículo da escola, dos programas desenvolvidos na escola, dos professores e até equipe da biblioteca e da escola, incluindo o diretor, devem estar em consonância aos mesmos objetivos (PAIVA, DUARTE, 2016, p. 95).

O bibliotecário e equipe (quando existe), são agentes atuantes na aprendizagem do corpo discente e com isso, é importante que dentro da escola, as atividades da biblioteca sejam integradas ao currículo e se colocarem diante do desafio de adaptar conceitos pedagógicos para o que é realizado na biblioteca escolar, garantindo uma maior intencionalidade pedagógica em suas atividades.

Pode-se refletir que, apesar da importância de o currículo direcionar a prática pedagógica, muitas informações são excluídas do currículo para atender necessidades educacionais e mercadológicas.

A biblioteca escolar, a partir da premissa de Sacristán (2013) de que tudo é ensinável e passível de aprendizagem, pode se aproximar da comunidade escolar com conhecimentos não formais e na busca de ampliar as possibilidades de compartilhamento e conhecimento no espaço escolar, atendendo necessidades observadas dentro do espaço escolar.

Também é importante ressaltar que é necessário que a biblioteca escolar e seus projetos estejam formalizados nos documentos das unidades escolares, como o Projeto pedagógico, já que este particulariza as metodologias de uma escola, consolidando, assim, a finalidade do que é realizado na escola e na biblioteca.

Segundo Sampaio, a biblioteca escolar necessita fazer a integração entre o currículo e o trabalho docente:

De facto, atualmente, um dos papéis centrais da biblioteca escolar é promover a integração do currículo nas suas atividades e o trabalho colaborativo com os professores, promovendo a literacia e atividades interdisciplinares. Neste sentido, o professor bibliotecário acaba por ter um papel fundamental na articulação curricular (SAMPAIO,2012, p. 23).

O bibliotecário, ao assumir seu papel de educador no espaço escolar, se torna também protagonista no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, proporcionando um contato mais transformador da literatura, da informação, podendo extrapolar a rigidez curricular e contextualizando temas atuais e de relevante necessidade de discussão e reflexão pela comunidade escolar.

Para Valadares (2019, p. 40), é importante para o bibliotecário e a equipe pedagógica observarem o currículo com os seguintes aspectos:

pensar o currículo pela perspectiva das narrativas, pois assim é possível percebê-lo como instrumento capaz de potencializar o pensamento, subverter aqueles equivocados modelos de educação adotados há décadas e, principalmente, no que diz respeito às



questões que mais nos interessam, podem permitir a sua integração com a biblioteca escolar de maneira potente. Para além disso, vislumbra-se um currículo, como um recurso de orientação às diversas práticas educativas que demandam um olhar mais próximo aos sujeitos, pensando na criação de alternativas diferentes das que se perpetuam na educação, não acatando normas e regulamentos como fatores limitadores às práticas vigentes, mas que tenham, como ponto de partida, o respeito às diversas interações que se criam a cada dia no cotidiano da escola.

Ao se pensar nas narrativas, na pluralidade de ideias, nas experiências e nos pensamentos diversos existentes no espaço educativo, abre-se novas oportunidades de produtos e serviços oferecidos por um espaço que culturalmente tem seu foco no incentivo à leitura e em atividades; de modo que, assim, os produtos e serviços acompanhem a transformação que a escola tem vivenciado com o uso das tecnologias, redes sociais, produção de conteúdo, *fakenews*, desinformação, entre outros fatos.

[...] no dia-a-dia da escola, os profissionais, do seu cotidiano, observam o que ocorre, ouvem o que é dito, leem o que é escrito, levantam questões, observam e registram tudo. Documentam o não-documentado, procurando entender como ocorrem no interior da escola e das salas de aula as relações pedagógicas, como é concebido, executado e avaliado o currículo escolar, quais atitudes, valores e crenças são perseguidos, quais as formas de organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2005, p.10).

Assim, compreender a escola, em suas diversas facetas, se faz fundamental para que o bibliotecário conduza suas práticas profissionais, acompanhe as mudanças pedagógicas e as necessidades de informação de toda a comunidade escolar, visto que, muitas vezes, o currículo e os projetos pedagógicos não o farão. A intencionalidade pedagógica, juntamente com a conexão com o real, além do

embasamento em documentos norteadores da educação, fortalece o fazer bibliotecário para além do contador de histórias ou do estereótipo de guardador de livros.

## A INVISIBILIDADE DA BIBLIOTECA NA BNCC E AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

A valorização da biblioteca escolar não tem acontecido com a velocidade e a necessidade das escolas e estudantes brasileiros. A Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 é exemplo da lenta evolução neste aspecto. O ano de 2020, que traria dez anos de mudança após a aprovação da lei das bibliotecas escolares, trouxe poucas transformações. Apesar de toda a mobilização de órgãos de classes e de profissionais, a discussão foi retomada e, até o momento, prorrogou-se de execução da lei até 2024<sup>2</sup>, que coincide com o fim da vigência do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024).

A invisibilidade do espaço da biblioteca, na verdade, começa no seu registro nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira. Já no PCN de Língua Portuguesa da 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série, a palavra **biblioteca** aparece 6 vezes; sendo duas mencionando um texto de exemplo e as outras dando o protagonismo deste espaço para o professor, não para o profissional habilitado a organizar e gerenciar.

- A escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros.

---

<sup>2</sup> Nota do Editor: O Projeto de Lei 9484/18 foi aprovado em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, e em seu texto prorroga para 2024 a o prazo mencionado pela autora. Dessa forma o Projeto seguiu o trâmite do processo legislativo em direção ao Senado Federal, onde se encontra com a relatora, sem movimentação desde 2019 (Confira a tramitação em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139562>). Dessa forma é importante ressaltar que a proposta aprovada apenas em uma das Casas do Legislativo não alterou a Lei 12.244/2010 e, portanto, segue vigente o seu prazo de cumprimento estabelecido no art. 3º.

- É desejável que as salas de aula disponham de um acervo de livros e de outros materiais de leitura. Mais do que a quantidade, nesse caso, o importante é a variedade que permitirá a diversificação de situações de leitura por parte dos alunos.
- O professor deve organizar momentos de leitura livre em que também ele próprio leia, criando um circuito de leitura em que se fala sobre o que se leu, trocam-se sugestões, aprende-se com a experiência do outro.
- O professor deve planejar atividades regulares de leitura, assegurando que tenham a mesma importância dada às demais. Ler por si só já é um trabalho, não é preciso que a cada texto lido se siga um conjunto de tarefas a serem realizadas.
- O professor deve permitir que também os alunos escolham suas leituras. Fora da escola, os leitores escolhem o que leem. É preciso trabalhar o componente livre da leitura, caso contrário, ao sair da escola, os livros ficarão para trás.
- A escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para aquisição e preservação do acervo, é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura. Todo professor, não apenas o de Língua Portuguesa, é também professor de leitura. (BRASIL, 1998, p. 71).

No PCNEM (2000), há uma alusão à biblioteca, referindo-se ao professor que tem a oportunidade de desenvolver a autonomia entre os estudantes, com a importância da biblioteca da escola:

o professor, impulsionado pelo entendimento de ser o único responsável por apresentar as respostas, perde uma excelente oportunidade de levar seus alunos à construção do seu próprio conhecimento, através de uma busca em diversas fontes como

perguntar a outros professores ou investigar na biblioteca da escola (BRASIL, 2000, p. 64)

Nestes documentos citados e preconizadores da BNCC, não se apresenta a importância, quiçá a necessidade, da presença do bibliotecário na escola. Sabendo-se que são documentos que datam de mais de duas décadas e que ainda eram incipientes as discussões e a importância das bibliotecas escolares e do profissional da informação, pode-se tentar justificar, assim, a inexistência da menção no texto.

Com a evolução das discussões sobre a necessidade da biblioteca na escola, desejava-se a menção nos documentos recentes. Após tantas discussões sobre a biblioteca e o bibliotecário escolar, a legitimação e reconhecimento do trabalho, apesar de todos os aparatos legais que regulamentam a profissão, pode-se inferir que houve pouca evolução sobre a conscientização da importância do trabalho do profissional da informação.

No entanto, ao se analisar a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a cultura da invisibilidade do bibliotecário mais uma vez se fortalece de maneira institucionalizada e governamental. Como já adiantado, não há menção sobre o bibliotecário no documento em questão.

A importância do bibliotecário no documento se dá pelo seu trabalho pedagógico realizado em diferentes espaços escolares no país e como agente pedagógico no desenvolvimento de habilidades e competências nos estudantes, compartilhando responsabilidades educacionais com os professores e a comunidade escolar, além de se tornar institucionalizada a necessidade deste profissional da informação nas escolas brasileiras.

Em relação à biblioteca, o espaço é mencionado 4 vezes na BNCC. Pode-se inferir que pouco se valoriza esse espaço como recurso pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem. Outra observação pertinente é que a menção sobre este espaço se dá até o Ensino Fundamental – anos iniciais. A partir do 6º ano até o final do Ensino Médio, a biblioteca se torna oculta no documento para professores e estudantes que estão construindo suas habilidades de pesquisa, de leitura e de uso

ético da informação e que poderiam contar com esse recurso, se o mesmo/se tal recurso fosse incentivado desde os documentos oficiais.

A partir disso, ainda assim, é possível consolidar as práticas bibliotecárias a partir de conceitos que são próximos à Ciência da Informação e à Biblioteconomia e assim fortalecer as atividades, os produtos e serviços oferecidos por meio da legitimidade oferecida pela BNCC, podendo, dessa forma, fazer parte de currículos e propostas pedagógicas das unidades escolares.

Já a palavra **leitura** na BNCC é citada 461 vezes. Pela importância dada ao conceito, intrinsicamente a figura do bibliotecário deve fazer parte na construção desta habilidade que permeia a vida do indivíduo durante toda a sua trajetória, incluindo a escolar.

Quando o documento fala da ideia de leitura para a Educação Infantil, mostra que a habilidade de leitura vai muito além da decodificação de signos escritos:

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros (BRASIL, 2017, p 42).

Kuhlthau (2009, p. 57) afirma que as habilidades de localização e as técnicas de avaliação e seleção devem ser trabalhadas na biblioteca para que a criança desde cedo entenda a função do espaço e reconheça a figura do profissional que ali se encontra.

Gasque (2012) apresenta o desenvolvimento destas habilidades por meio do Letramento Informacional (LI) na educação básica, por meio de uma proposta de conteúdos da Educação Infantil ao Ensino Superior, liderado por uma equipe multidisciplinar espaços escolares, incluindo aqui o bibliotecário. Neste caso, para a Educação Infantil, as primeiras noções apresentadas são as ideias de biblioteca, uso do livro, reconhecimento de suas partes e dimensão de autorias.

Neste caso, um currículo escolar que desenvolve habilidades e competências informacionais precisa:

O currículo que contempla o desenvolvimento do letramento informacional não deve se ater apenas às disciplinas específicas, mas considerar o todo, o conjunto delas, o aprendizado na totalidade. Nesse contexto, torna-se necessário “medir e descrever o aprendizado do estudante” (BUNDY, 2004, p. 25), com os objetivos de facilitar o aprendizado, diagnosticar lacunas de conhecimento, fornecer estrutura para o aprendizado, propiciar oportunidades para estudantes e professores conversarem sobre o aprendizado, bem como prover informação para avaliação do processo de ensino-aprendizagem (GASQUE, FIALHO, 2017, p. 6).

No que se refere ao Eixo leitura, dentro do componente curricular de Língua Portuguesa, a BNCC incentiva, para o Ensino Fundamental, além da leitura prazerosa, o incentivo à pesquisa. O bibliotecário, em sua formação, é capacitado para selecionar as melhores fontes de informações, podendo ser protagonista nesse eixo temático.

A pesquisa, além de ser mais diretamente focada em um campo, perpassa todos os outros em ações de busca, seleção, validação, tratamento e organização de informação envolvidas na curadoria de informação, podendo/devendo também estar presente no tratamento metodológico dos conteúdos. A cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas (BRASIL, 2017, p. 85).

Na BNCC (2017), é defendido que sejam valorizadas as vivências e experiências trazidas pelos alunos em diferentes espaços educativos, como a biblioteca, o pátio, as praças, os museus, entre outros. A literatura é um recurso necessário para promover um processo catártico.

Outra função, que a princípio citamos, é a catártica porque consideramos que é ela que leva o leitor a ativar a percepção de seu mundo e de seu corpo, em relação ao espaço que ele ocupa e o espaço que seu corpo interage com outros. A catártica ou catarse, apontada por Aristóteles, é aquela função que faz com que o leitor purifique os seus sentimentos ao se defrontar com uma obra literária. Isso ocorre por vários fatores e depende muito da vivência de leitura do leitor e da capacidade do escritor de aguçar a imaginação do leitor (GIACÓN, 2016, p. 29).

O fato de a biblioteca ser este espaço de acolhimento e o bibliotecário ser o indutor de trocas pessoais faz da literatura um agente de experiências que vão além do livro e da leitura, personificando personagens, enredos e valores. Não se esgotam as possibilidades de atuação do bibliotecário no que se diz respeito à leitura. É necessário explorar diferentes possibilidades como a mediação de leitura, os clubes literários, a criação de fanfics e outros recursos, que podem oferecer caminhos que vão além da tradicional contação de história.

No que diz respeito à pesquisa, o documento oportuniza diferentes possibilidades de atuação. Das 253 menções ao termo, é importante ressaltar a importância da pesquisa e do uso crítico da informação.

É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação

(e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BRASIL, 2017, p. 63).

Com as alternativas que a BNCC oferece em relação ao uso da informação, da leitura crítica, do uso ético de fontes, dos direitos autorais, entre outras opções, a biblioteca escolar se aproxima do currículo a partir de projetos que orientem o estudante para uso de recursos físicos e digitais.

A cultura digital na BNCC é apresentada em diversas facetas na busca de aprimoramentos de habilidades a serem desenvolvidas em todas as etapas da educação básica. Além do incentivo ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), o documento preconiza o uso das redes sociais, dos textos multimodais e da autonomia na produção de conteúdo, na busca de engajamento, no conhecimento compartilhado e nos protagonismos em causas de impacto social.

Ainda assim, é necessário conscientizar tanto a equipe pedagógica quanto os estudantes sobre o uso ético da informação e os limites de compartilhamento de conteúdo, sobre os direitos autorais, o combate às *fake News*, entre outras questões emergentes à utilização de recursos digitais. Pavão (2020) afirma que o bibliotecário precisa ser proativo na sua atuação profissional, principalmente no campo das tecnologias, da mediação e da curadoria de conteúdo, ou seja, protagonista na ação de ofertar conteúdos pertinentes à comunidade escolar e compartilhar recursos necessários para a aprendizagem e outras demandas. É fundamental ao profissional, o acompanhamento de diferentes repertórios pedagógicos a partir de trocas com parceiros e de formações diversificadas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU UM ETERNO RECOMEÇO?)

O debate sobre a figura do bibliotecário e da biblioteca em documentos oficiais que regem a educação brasileira se mostra necessário para que possamos questionar a invisibilidade que tanto aflige a profissão e que lesa milhares de estudantes que ficam sem a oportunidade de contar com o recurso e o agente pedagógico e, nesse caso, tanto um quanto o outro (biblioteca e bibliotecário) podem somar na construção da jornada educativa de cada estudante que, para ser significativa, necessita de outros atores que vão além do professor regente.

Essa invisibilidade e distanciamento da biblioteca e dos bibliotecários na BNCC enfraquece a discussão no ambiente escolar sobre os produtos e serviços a serem oferecidos, diante da mudança do paradigma educacional, principalmente com o uso da tecnologia e todo o contexto de desinformação existente atualmente.

O letramento informacional, conceito tão discutido pela área, encontra apoio na BNCC, além de diversas habilidades a serem compartilhadas pelo profissional bibliotecário e que estão no escopo de sua formação acadêmica, podendo, assim, contribuir ainda mais na formação educativa dos estudantes, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Os pontos apontados na BNCC e em outros documentos apresentam novas possibilidades de atuação e execução de projetos pelo bibliotecário; ademais, têm o intuito de conscientizar sobre a importância da intencionalidade pedagógica nas *práxis* bibliotecárias, para que seus produtos e serviços estejam alinhados com os diversos aparatos legais que envolvem a escola, fortalecendo, dessa forma, a ideia de que os recursos pedagógicos precisam ser explorados em consonância com o currículo.

Há diversas fragilidades na construção do profissional da informação, principalmente no que se refere à educação. A temática é ainda explorada de forma teorizada, sem trazer à tona os desafios da área e as mudanças vividas.

Apropriar-se das discussões educativas e dos documentos norteadores pode auxiliar o bibliotecário a superar barreiras no que diz respeito à interação com o corpo docente. Outrossim, o agente bibliotecário pode oferecer novos serviços e outras oportunidades de inovação que, muitas vezes, são percebidas de forma descontextualizada por não serem consolidadas com o currículo e nem com temáticas a somar no que é vivenciado em sala de aula.

A discussão apresentada inicia um espaço sobre o que o bibliotecário pode explorar dentro do currículo e da BNCC. A intenção é que os profissionais possam expandir sua atuação para que alcancemos reconhecimento a partir de uma participação pedagógica efetiva, auxiliando estudantes a serem consumidores de informação conscientes de seus espaços, de seus limites e de suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: parte II**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf). Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/portugues.pdf>. Acesso em: 01. fev. 2021.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GASQUE, K. C. G. D.; FIALHO, J. F. Letramento informacional e currículo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 70-89, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12265/15193>. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO PRÓ LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

KUHLTHAU, C. C. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PAIVA, M. de A. M. de; DUARTE, A. B. S. Biblioteca escolar: o que é? **Educação em Foco**, v. 19, n. 29, p. 87-106, set/dez. 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/download/1923/1045/6346>. Acesso em: 05. dez. 2020.

PAVÃO FILHO, W. B.; LACERDA, S. **O papel das bibliotecas na educação midiática**. 2020. (43min). Publicado pelo canal Educamídia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xj4RtpE52-c>. Acesso em: 05. dez. 2020.

REIS, G.; OLIVEIRA, J. F. de. **A constituição do currículo escolar no Brasil**: dilemas, impasses e perspectivas. [s.l.]: PUC Goiás, 2018. Paper.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SAMPAIO, H. A. S. P. de. **A biblioteca escolar e o currículo**. 2012. 210f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) – Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

SILVA, E. V. da. **O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG\\_94e53f568914612a3c7d2f0597f3d0b2](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_94e53f568914612a3c7d2f0597f3d0b2). Acesso em: 02 jan. 2021.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In.: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G (org). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 8.ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 9-32.